

O DIREITO À SAÚDE E AO AMBIENTE SAUDÁVEL



Os danos à saúde e ao ambiente da população de Barra Longa continuam.

Em 2015, após o rompimento da barragem da Samarco, o território de Barra Longa foi invadido por milhões de toneladas de rejeitos de mineração. O cenário que ficou foi de destruição e as pessoas passaram a conviver com rejeitos potencialmente tóxicos, com um ritmo de vida completamente diferente do que estavam acostumados, o medo de não terem seus direitos reparados, colocando em risco a saúde de todos os barralonguenses.

O que são os danos à saúde e ao ambiente?



Desde os primeiros dias após o rompimento da barragem da Samarco, a população já percebeu que seu ambiente havia mudado e aquele território que sempre fez parte da sua história já não era mais o mesmo.

Nós, seres humanos, utilizamos no nosso dia a dia elementos que são disponibilizados pela natureza. Esses recursos são essenciais para a nossa sobrevivência, como a alimentação e água por exemplo, como também para reprodução de nossas atividades sociais, econômicas, culturais e de lazer.

Após o desastre/crime o impacto ao ambiente foi incalculável: resultou na eliminação de matas ciliares, destruição de vegetação, soterrou nascentes, alterou a qualidade da água, influenciou no aumento de temperatura da superfície onde o rejeito foi depositado.

Nesse tempo foi possível perceber, também, que muitas pessoas estavam tristes, adoecidas, relatando problemas de pele, gástricos, respiratórios (rinite, asma, bronquite), alergias, além de terem medo de consumir a água do local, os alimentos cultivados em cima do rejeito.

O rejeito é parte importante desse novo cenário, já que, em Barra Longa, as pessoas convivem diariamente com ele há quase 6 anos e convivem também com o medo dos efeitos da contaminação por metais pesados. Isso tudo prejudicou e ainda prejudica a qualidade de vida individual e coletiva e restringe acesso a recursos necessários à reprodução dos modos e projetos de vida dessa população.

O processo de reparação, da forma como é feito, faz com que os impactos à saúde física e psicológica só aumentem devido às incertezas quanto à reparação integral, ao descaso com a população e as negativas de direitos no processo de reparação.

Você sabia que ...



- Em 2016 a Rede de médicos populares veio a Barra Longa e afirmou que “o sofrimento psíquico também se relaciona com as perdas materiais (casas, pertences, meios de subsistência) e simbólicas (álbuns de família, horta, ruptura da dinâmica comunitária, alteração brusca no cotidiano), entre outras inúmeras privações a que foram submetidos repentinamente.”
- Em 2016 e 2018 a equipe do Ministério da Saúde veio à Barra Longa e constatou que “A presença de poeira resultante da lama de rejeitos que secou pode ter aumentado a poluição do ar, um fator de risco para doenças respiratórias”. Parasitoses, hipertensão arterial, dermatite, diabetes, alergias, depressão e transtorno mental também se apresentaram como um problema de saúde no município. (...) A exposição aos rejeitos da barragem esteve associada estatisticamente ao agravamento de doenças e a novos diagnósticos.”

- Em 2019 foi realizado estudo pela Universidade Federal de Ouro Preto que apontou presença de metais potencialmente tóxicos no solo; presença de metais acima dos valores permitidos na água e valores elevados de metais no ar.
- Em 2019 foi realizado um Estudo de Avaliação de Risco à Saúde Humana, pela Ambios, que constatou que existe, no município de Barra Longa, **“Perigo urgente para a Saúde Pública”**, categoria esta que indica a existência de um perigo para a saúde das populações expostas aos contaminantes definidos através da ingestão, inalação ou absorção dérmica das partículas de solo superficial e/ou da poeira domiciliar contaminadas.
- Como proposta a Ambios indicou a realização **periódica do monitoramento clínico dos grupos populacionais expostos, com monitoramento clínico-laboratorial “realizado pelo período mínimo de 10 anos.”**
- A Ambios destacou ainda: “A experiência e o conhecimento adquiridos a partir destas atividades (durante o processo de elaboração do estudo) permitem a esta equipe afirmar que o desastre ocorrido em Mariana, em novembro de 2015, pelo rompimento da barragem do Fundão, trouxe consequências sobre a qualidade e as condições de vida e de saúde da população das localidades estudadas, que extrapolaram o efeito lesivo específico dos contaminantes sobre a saúde e que perduram até hoje. Alterações das trajetórias de vida, repentinas e não por decisão própria, as quais permanecem sem resolutividade 3 anos após o desastre, determinam uma condição de sofrimento emocional e psíquico, de desarranjo e inadequação social, de insegurança pessoal, familiar, e das interrelações comunitárias que têm consequências diretas e indiretas sobre a saúde das populações destas localidades.”

O que são danos à saúde e ao ambiente em Barra Longa ?



- Convivência diária com o rejeito há quase 6 anos
- Medo dos efeitos da contaminação por metais pesados
- Medo/Insegurança de consumir os alimentos cultivados em cima do rejeito
- Vários problemas de saúde física que surgiram ou se agravaram após o rompimento da Barragem de Fundão : Problemas de pele, gástricos, respiratórios (rinite, asma, bronquite), alergias e outros
- Impacto a saúde psicológica devido ao desastre e ao período pós desastre (inclusive devido à insegurança/medo referente ao processo de reparação integral, o qual abrange a restituição, a compensação, a reabilitação, a satisfação e a não repetição das violações de direitos na implementação das ações de reparação)
- Descaso com a população e negativas de direitos no processo de reparação
- Perda ou restrição de acesso a recursos necessários à reprodução do modo de vida (Modificações nos modos e projetos de vida)
- Prejuízos à qualidade de vida individual e coletiva

O que foi construído?

A população de Barra Longa sempre foi de luta, por isso, desde o rompimento, se mantiveram unidos para que o direito à saúde e ao ambiente saudável fosse garantido. Já no projeto da Assessoria Técnica exigiram profissionais com experiência nessas áreas para auxiliá-los.

Ao chegar em Barra Longa, a Assessoria Técnica promoveu rodadas de Grupos de Base para levantar os danos em relação à saúde e realizou diversas reuniões com o Coletivo de Saúde de Barra Longa, grupo esse anteriormente formado pela população atingida.

A partir deste levantamento, os dados foram organizados e a população construiu a Pauta dos atingidos e atingidas de Barra Longa, composta por vários eixos importantes, dentre eles: Direito à Saúde, à qualidade de vida e à convivência familiar e comunitária; Direito ao ambiente saudável.

Para além da pauta, a ATI contratou estudos para caracterizar a situação de saúde da população e do ambiente, além de analisar todos os estudos e pesquisas que chegavam ao território.

A partir de muita mobilização e luta, foi construído junto ao poder público municipal o Plano de Ações em Saúde de Barra Longa, aprovado pela Câmara Técnica de Saúde e pelo CIF.

A situação de Barra Longa teve muita visibilidade no país inteiro e fora daqui também. E isso incomodou...

Diante de tantas conquistas, as empresas viram a força do povo, resolveram não cumprir o Plano de Ações em Saúde, passando a judicializar esse tema, assim, a negociação passou a ser entre poder público e Fundação Renova com intermédio do juiz da 12ª Vara, retirando das mãos da população essa negociação.

A luta continua!



A população de Barra Longa sabe que a luta pelo direito à saúde e a um ambiente saudável não pode parar porque estamos falando de **GARANTIA DE DIREITOS HUMANOS e DIREITOS DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS!** Os atingidos e as atingidas precisam estar atentos e vigilantes para continuar:

- Monitoramento das ações de reparação em saúde (Implementação do Plano de Ações em Saúde, Estudos de Qualidade da água para Consumo Humano, Estudos epidemiológicos e toxicológicos);
- Acompanhamento à situação de saúde da população atingida;
- Acompanhamento do Plano de manejo do rejeito
- Fortalecimento do Conselho Municipal de Saúde
- Participação nas tomadas de decisão

Você sabia que são direitos dos atingidos por barragens:

- Direito à informação de todo o processo de reparação em linguagem simples e compreensível;
- Direito à opção livre e informada das alternativas de reparação integral;
- Direito à participação social nos processos deliberativos relativos às políticas, aos planos e aos programas voltados à prevenção e à reparação integral;
- Direito à negociação prévia e coletiva quanto às formas e aos parâmetros de reparação integral dos eventuais impactos;
- Direito à **reparação integral** dos impactos socioeconômicos
- Direito à continuidade do acesso aos serviços públicos



